

## DISCUSSÃO PÚBLICA DO ANTE-PROJECTO DE REFORMA DO IRC

**ENTREVISTA PEDRO FERRAZ DA COSTA**  
Presidente do Fórum para a Competitividade

# “Reduzir o IRC contribui para auto-financiar o investimento”

**Reforma** Nenhuma medida isolada é suficiente para resolver a falta de dimensão da economia nacional, defende Ferraz da Costa.

Lígia Simões  
ligia.simoeseconomico.pt

Redução do IRC, simplificação e redução da instabilidade da lei fiscal são alguns dos pontos críticos para promover a competitividade que Pedro Ferraz da Costa deverá sinalizar hoje na reunião com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o presidente da Comissão de Reforma do IRC, Lobo Xavier. O responsável considera que é necessário um desagravamento fiscal no IRS e IVA. E defende que a melhoria da competitividade e dos salários muito ganharia com todas as medidas que ajudassem ao 'upgrade' do sistema produtivo português.

## Quais são as medidas da reforma do IRC que considera terem impacto na competitividade?

Todas as que promovem o investimento nacional e estrangeiro e a competitividade e a internacionalização das empresas portuguesas ao reduzir o desnível muito significativo de competitividade fiscal face, desde logo, a Espanha. A redução da taxa nominal contribuirá para uma melhoria do auto-financiamento do investimento numa fase em que problemas de financiamento são considerados, nomeadamente no inquérito do World Economic Forum, como a maior limitação à actividade e ao investimento. A simplificação e a prevista redução da instabilidade e da imprevisibilidade na fiscalidade minimizará a maior crítica dirigida ao sistema fiscal português pelos investidores internacionais, de acordo com todos os inquéritos conhecidos.

## A redução da taxa nominal do IRC é suficiente, per si, para reforçar a dimensão e internacionalização das empresas e atrair investimento?

Nenhuma medida isolada é suficiente por si para resolver um dos grandes problemas da nossa economia - o da falta de dimensão. Mas é dos aspectos em que estamos pior. Segundo o Eurostat - Taxation Trends in the European Union (na edição de Junho), Portugal situa-se, por exemplo, na 6ª posição nos que

mais tributam e Espanha no 22º lugar, na UE 27.

## Não deveriam ter sido quantificados os efeitos da reforma do IRC ao nível do emprego e investimento?

O emprego e o investimento dependem de muitos factores. Dificuldade de qualquer quantificação de efeitos, mas todos os inquéritos de opinião situam quer o nível de tributação quer a sua complexidade e reduzido grau de certeza jurídica como os dois entre os cinco primeiros obstáculos.

## Conseguirá o Orçamento do Estado acomodar a reforma do IRC dada a previsão de quebra de receita que acarreta a redução da taxa nominal?

O actual nível de despesa pública não é acomodável com mais receitas fiscais como os últimos anos têm demonstrado. Mas é verdade que os resultados obti-

“

**Portugal tem um nível de tributação elevado em IRC, médio em IRS e em IVA. O desagravamento, que é necessário, deveria ser feito, portanto, por esta mesma ordem.**

dos na redução da despesa pública estrutural, corrigida do ciclo económico, mostram que os aumentos das despesas sociais causadas pelo desemprego anulam essas economias. Tudo o que seja positivo para a criação de emprego aumentará as receitas em IRC, IRS e TSU e diminuirá o peso do subsídio de desemprego. Não deveremos, além disso, deixar de considerar que o desemprego tem custos sociais elevados e em muitos casos irreversíveis.

## A reforma fiscal não deveria ser mais abrangente, incluindo outros impostos?

Portugal tem um nível de tributação elevado em IRC, médio em IRS e em IVA. O desagravamento, que é necessário, deveria ser feito, portanto, por esta mesma ordem.

## Caso Portugal enfrente um segundo resgate, algumas medidas

“A simplificação e a prevista redução da instabilidade e da imprevisibilidade na fiscalidade minimizará a maior crítica dirigida ao sistema fiscal português pelos investidores internacionais”, afirma Pedro Ferraz da Costa.



Paulo Nunes

## da reforma do IRC arriscam-se a ficar na gaveta?

De acordo com as informações que tenho, a reforma já foi discutida com a 'troika' e, se calhar por isso, nalguns aspectos não se pôde ir tão longe como a Comissão desejaria. Por outro lado, nunca podemos esquecer que os nossos parceiros na UE também são nossos concorrentes...

## Os obstáculos à redução da despesa, nomeadamente os chumbos do Tribunal Constitucional a medidas apontadas como estruturantes, poderão travar a reforma de IRC nos moldes que o Executivo pretende levar a cabo?

O TC não é mais do que um intérprete de uma larga parte da população que preferia, como se isso fosse possível, não mudar nada. Essa visão defende sobretudo os interesses dos mais velhos, que defendem o que o passado já lhes deu, em detrimento

dos mais novos que precisam de mudanças que lhes criem oportunidades que neste momento não têm. Só teremos futuro se respondermos aos anseios e às preocupações dos mais novos. A alternativa é um desemprego crescente e a impossibilidade de sustentar qualquer Estado Social.

## Está confiante na recuperação da economia face aos dados do crescimento do PIB de 1,1% no segundo trimestre?

Há muitos dados positivos. Destaco a continuação do aumento das exportações acima das previsões oficiais. O que, aliás, é o reflexo dum esforço muito grande que as empresas têm estado a fazer numa óptica de médio prazo e que trará frutos ainda melhores no futuro se alguns dos problemas relacionados com tudo o que acima se referiu a respeito da competitividade forem sendo resolvidos. ■



# “Acho fundamental que o Partido Socialista se associe a esta reforma”

**Ferreira da Costa alerta que para a importância da permanência das medidas positivas.**

Depois das confederações empresariais é a vez do líder do Fórum para a Competitividade reclamar um consenso político em torno da reforma do IRC, onde critica o limiar de acesso ao regime simplificado criado para as PME.

**Quais são os pontos críticos desta reforma?**

Considero prioritários todos os que se dirigem à atracção de investimento estrangeiro, por onde poderá começar a recuperação do desemprego. Em relação às micro e PME, a simplificação é a parte mais importante.

**Na atracção de investimento não existem, porém, entraves extra-fiscais?**

Em termos genéricos tudo o que está relacionado com tem-

po é o nosso ponto mais fraco: respostas da Administração, demoras da Justiça e dificuldade de mudanças em horários e regras laborais.

**Defende que o PS seja chamado à mesa das negociações da reforma do IRC?**

É evidente que os impactos positivos do que está proposto dependem, e muito, da previsão que os agentes económicos, nacionais e estrangeiros, façam sobre a permanência das medidas positivas. Acho, por isso, fundamental que o PS se associe a esta reforma.

**O PS tem estado silencioso sobre esta reforma. Acha preocupante?**

Acho bom sinal.

**Como vê as críticas ao novo regime de 'participation exemption' quanto ao facto de continuar a ser menos competitivo que o da Holanda...**

“

**Não esperávamos, com o grau de dificuldade existente no controle da despesa pública, que passássemos a ter o sistema fiscal mais competitivo em todos os aspectos.**



Não esperávamos, com o grau de dificuldade existente no controle da despesa pública, que passássemos a ter o sistema fiscal mais competitivo em todos os aspectos. Aliás, analisando as opções fiscais dos diferentes membros [da UE] verifica-se que nem todos utilizam o forte estímulo que a política fiscal pode representar da mesma forma. Há países que apostaram, caso da França, em privilegiar a Investigação e Desenvolvimento com resultados muito positivos. No nosso caso, a melhoria global da competitividade e dos salários muito ganharia com todas as medidas que ajudassem ao 'upgrade' do nosso sistema produtivo.

**Também a criação de um regime simplificado para as micro e pequenas empresas não é isenta de críticas quanto ao limiar de acesso...**

Com a justificação, que em

muitos casos me parece falsa, de reduzir a evasão fiscal, que estudos internacionais consideram ser reduzida no que diz respeito ao IRC, sobrecarregaram-se as micro e pequenas empresas com um conjunto de obrigações declarativas desproporcionadas face à sua dimensão, e que geram custos proporcionalmente incorportáveis. Estudos internacionais demonstram ser Portugal dos países em que cumprir as obrigações fiscais obriga a um maior número de tarefas burocráticas. Só vejo vantagens em simplificar fortemente.

**Mas considera que o patamar de acesso (150.000 euros) devia ser alinhado com o regime de IVA de caixa (500.000 euros de volume de negócios)?**

Seria com certeza mais simples usar o mesmo critério de dimensão para todos os regimes. E 500.000 euros não é com certeza muito elevado. ■ L.S.

FUB



## COLOQUE A SUA EQUIPA EM CAMPO

O Sporting Corporate tem o prazer de anunciar a nova época de futebol e a temporada para compra de camarote e lugar de empresa no Estádio José Alvalade. Não perca a oportunidade de estreitar relações com parceiros ou clientes num local privilegiado para grandes encontros dentro e fora das quatro linhas.

Constitua alas, mova os seus avançados e coloque a sua tática e diplomacia em jogo. O passe decisivo para um bom desenlace é seu, contacte já o serviço Sporting Corporate.



SPORTING CORPORATE  
TEL: 21 751 64 35  
E-Mail: dncorporate@sporting.pt - corporate@scp.pt

